

ANÁLISE POLÍTICA

ANO 4 • 108^a EDIÇÃO

BRASÍLIA,
27 DE JULHO DE 2023



Pauta ambiental será priorizada nos próximos meses

Após a aprovação da Reforma Tributária e do novo arcabouço fiscal, uma das prioridades elencadas pelo governo deve ser a pauta ambiental. O primeiro passo foi dado com a apresentação do **Plano de Transição Ecológica**, apresentado pelo Ministério da Fazenda ao presidente Lula no início do mês de julho.

Desde o período eleitoral, o presidente Lula tem trazido em seus pronunciamentos a temática ambiental como plataforma de governo. O Plano de Transição Ecológica representa a materialização desta vontade, com medidas que devem tratar do mercado regulado de carbono e da política de pagamentos por serviços ambientais.

Nas próximas páginas, trazemos mais detalhes o novo plano do governo e as ações que estão sendo realizadas pelo Sistema OCB, tendo em vista a priorização do cooperativismo como instrumento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

Boa leitura!



Fonte: Sistema OCB/ES

Principais aspectos anunciados do Plano de Transição Ecológica

O novo programa ainda não foi aprovado pela Presidência da República, mas a previsão é que parte das medidas sejam encaminhadas ao Congresso Nacional, por meio de projetos de lei, **a partir de agosto**. Segundo o ministro Fernando Haddad, o pacote é composto por ações que envolvem:

- ↳ Geração de energia limpa
- ↳ Regulamentação do mercado de carbono
- ↳ Marco regulatório da mineração
- ↳ Imposto seletivo para produtos que impactem o meio ambiente e a saúde pública
- ↳ Fim dos lixões até 2024
- ↳ Fusão do Plano Safra e do Plano de Baixo Carbono
- ↳ Plano Nacional de Fertilizantes (bioinsumos)
- ↳ Integração da América do Sul em projetos de bioeconomia na Amazônia

A proposta do governo para o mercado de carbono

A proposta de regulamentação do mercado de carbono está sendo finalizada pelo governo e deve ser apresentada oficialmente em breve. O maior impasse no momento é definir se o texto será encaminhado ao Congresso Nacional por meio de um novo projeto de lei ou se será incorporado em algumas das proposições legislativas que já estão em tramitação.

O principal aspecto da proposta é a criação do **Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões**, com as seguintes características:



Coexistência de mercados regulado e voluntário para a redução das emissões dos gases que provocam o aquecimento global. As empresas passariam a ser reguladas e receberiam cotas de emissão que teriam de cumprir. Aquelas que emitirem menos passariam a ter **cotas referentes a essas emissões evitadas** e aquelas que emitirem mais teriam que compensar dentro do mercado regulado ou em parte do mercado voluntário.



Implantação deve ser gradual, para que possilite ao Brasil desenvolver sistemas de monitoramento e de certificação reconhecidos internacionalmente

Regulamentação do Pagamento por Serviços Ambientais

O governo tem ainda o desafio de editar decreto para regulamentar a Lei 14.119/21, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. A previsão é de que a norma seja publicada até setembro. Destacamos abaixo **os principais pontos defendidos pelo Sistema OCB**:



Reconhecimento do **fomento às iniciativas de preservação e recuperação ambiental** realizadas por cooperativas.



Instituição de **mecanismos de monitoramento e transparência** que propiciem um ambiente favorável no país à injeção de investimentos no setor.



Emissão de títulos verdes (green bonds) e de certificados de serviços ambientais pode colaborar decisivamente para aumentar o interesse de pessoas e instituições por projetos sustentáveis.



A partir da ação do Sistema OCB, as cooperativas foram incluídas no rol de beneficiários prioritários dentro da política de pagamentos por serviços ambientais, no âmbito da Lei 14.119/2021.

Atuação do Sistema OCB

Além de atuar para a assegurar normas e programas que favorecem o modelo econômico cooperativista no âmbito das discussões de questões ambientais, o Sistema OCB desenvolve projetos de capacitação para as cooperativas, promove e participa de debates sobre desenvolvimento sustentável e constrói parcerias com o poder público para ampliar o alcance das medidas.

No que se refere aos projetos voltados para a agenda ambiental, o **Sistema OCB está promovendo três programas pilotos com o objetivo de orientar e capacitar cooperativas nas temáticas de regularização ambiental, neutralidade de carbono e energias renováveis**. São eles:



Regularização ambiental

ESG coop

Orientar cooperativas e cooperados quanto à conformidade legal e técnica na verificação e retificação das informações prestadas no âmbito do Cadastro Ambiental Rural (CAR)



Neutralidade de carbono

ESG coop

Orientar cooperativas a conhecer, inventariar, monitorar e reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE).



Energias Renováveis

ESG coop

Orientar cooperativas quanto às modalidades de geração de energia renovável, compartilhamento de boas práticas de gestão desta energia e disponibilização de software para gestão operacional

ATUAÇÃO DO SISTEMA OCB

WORKSHOP INTERNACIONAL “COOPERATIVAS PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

Entre 17 e 19 de julho, o Sistema OCB, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (ONU/DESA), realizou um Workshop Internacional em Brasília para o intercâmbio de experiências cooperativistas. **O evento teve como foco as discussões ambientais e a importância do cooperativismo para o desenvolvimento sustentável.**

O Seminário de abertura foi realizado no Palácio do Itamaraty e contou com participação do **Presidente da República em exercício na data, Geraldo Alckmin**; da ministra substituta das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha; da presidente da Aliança Cooperativa Internacional das Américas, Graciela Fernandéz; e do ponto focal sobre Cooperativas nas Nações Unidas, Andrew Allimadi. Também compareceram autoridades do Ministério das Relações Exteriores e embaixadores de diversos países.



Geraldo Alckmin

Vice-presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



"O cooperativismo é importante para hoje e para o futuro. Temos um mundo rico e desigual e as diferenças são nítidas. Só tem um caminho para o pequeno sobreviver chamado escala, apoio e novos mercados. Isso se dá por meio do associativismo e do cooperativismo. Não basta viver, é necessário conviver e participar. Com o crescimento do cooperativismo quem ganha é a sociedade, este é o caminho"

Próximos passos



Plano ABC+

O Sistema OCB participou do **processo de elaboração e tem acompanhado a implementação do Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, chamado ABC+**, com vigência até 2030. O objetivo é avançar nas soluções tecnológicas sustentáveis para a produção no campo, com foco no enfrentamento às mudanças do clima. As cooperativas têm sido instrumentos essenciais para a efetivação da política.



COP 28

O Sistema OCB está em tratativas com a Secretaria do Clima e Mudança Climática do Ministério das Relações Exteriores para garantir a **participação do cooperativismo brasileiro** na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a **COP 28**. O cooperativismo fará parte do Pavilhão do Brasil no evento.



Imersão de diplomatas brasileiros em cooperativismo

No próximo mês de agosto, por ocasião da **Cúpula da Amazônia**, o Sistema OCB organizará, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, uma **imersão em cooperativismo amazônico**. A ação visa capacitar os representantes do Governo Brasileiro sobre o cooperativismo brasileiro e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. O grupo de 60 diplomatas em formação visitará cooperativas e Organizações Estaduais no Pará e no Amazonas.

Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb